



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 1 de 35



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

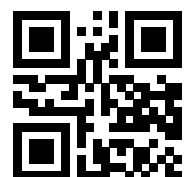
NOME EMPRESARIAL:
CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE JI-PARANA (CASE)

CPF/CNPJ:
20.685.461/0001-52

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
RENATO SCHMIDT NEUMANN

REGISTRO PROFISSIONAL:
126780

FUNÇÃO:
Engenheiro de Segurança do Trabalho



Elaborado por:
Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial


Página 2 de 35

Sumário

1 QUADRO DE CONTROLE DE REVISÕES	3
2 INTRODUÇÃO	4
3 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	5
3.1 NÚMERO DE TRABALHADORES	5
3.2 HORÁRIO DE TRABALHO	5
4 PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS AMBIENTAIS	5
5 RESUMO E DESCRIÇÃO DOS SETORES	6
6 ATIVIDADES REALIZADAS	6
7 OBJETIVOS	7
8 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	7
9 AVALIAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS	7
10 CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DA GFIP	8
11 CONCLUSÃO E FORMALIZAÇÃO DO DOCUMENTO	9
ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS	10
ANEXO II - ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	34

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes , 1056, Centro – Porto Velho/RO


	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 3 de 35

1 QUADRO DE CONTROLE DE REVISÕES

DATA	Nº DA REVISÃO	OBJETIVO
16/05/2023	-	Inicial

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes , 1056, Centro – Porto Velho/RO


	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 4 de 35

2 INTRODUÇÃO

A empresa, através de seu representante legal, solicitou o presente LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais no Trabalho com o objetivo de determinar as condições de trabalho de seus funcionários e as medidas de controle, redução e/ou eliminação dos riscos ambientais, que estabelece critérios a serem adotados pelas áreas de Arrecadação e de Benefícios. Considerando o contido no art. 7º, inciso XXII, da Constituição Federal de 1988; considerando os contidos nos Art. 57 e 58 da Lei nº 8.213 de 24 de Julho 1990; considerando o contido no art. 68 do Dec. Nº 3.048, de 07 de maio de 1999; considerando o contido na Portaria nº 5.044, de 02 de julho de 1999, do Ministério da Previdência e Assistência Social, considerando o contido no item I da Ordem de Serviço – INSS nº 98, de 9 de junho de 1999, normas regulamentadoras nº 15 e 16, emitimos o presente Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho. As informações do presente Laudo serão utilizadas como fundamento legal para o preenchimento do PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes , 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 5 de 35

3 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

NOME EMPRESARIAL			CNPJ/CPF
CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE JI-PARANA (CASE)			20.685.461/0001-52
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (Nome Fantasia)			
CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE JI-PARANA			
LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO	CEP
Avenida Transcontinental	5862	--	76907-296
BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO		UF
Santiago	Ji-Paraná		RO
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL			
8424-8/00	Segurança e ordem pública		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS			
8423-0/00	Justiça		

3.1 NÚMERO DE TRABALHADORES

HOMENS	MULHERES	TOTAL DE TRABALHADORES
49	20	69

3.2 HORÁRIO DE TRABALHO

ADMINISTRATIVO	07h30min às 13h30min das 13h30min às 13h30min
CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	07h30min às 13h30min das 13h30min às 13h30min
CONSULTÓRIO PSICOSSOCIAL	07h30min às 13h30min das 13h30min às 13h30min
ENFERMAGEM	07h30min às 13h30min das 13h30min às 13h30min
NUCLEO DIRETORIA	07h30min às 13h30min das 13h30min às 19h30min
SEGURANÇA	07h30min às 13h30min das 13h30min às 19h30min
SEGURANÇA/ ESCOLTA	07h30min às 13h30min das 13h30min às 19h30min

4 PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS AMBIENTAIS

NOME COMPLETO	CPF	NIT
RENATO SCHMIDT NEUMANN	904.353.540-00	-
ATRIBUIÇÃO	CONSELHO DE CLASSE	REGISTRO
Engenheiro de Segurança do Trabalho	4 - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA	126780
E-MAIL	TELEFONE	
renato.neumann@engemede-ssso.com.br	(69) 3043-0006	

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 6 de 35

5 RESUMO E DESCRIÇÃO DOS SETORES

SETOR	DESCRIÇÃO DO SETOR
ADMINISTRATIVO	Ambiente misto, cobertura de gesso, piso granilite, iluminação mista e ventilação artificial (central de ar).
CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	Ambiente misto, cobertura de gesso, piso granilite, iluminação e ventilação natural e artificial.
CONSULTÓRIO PSICOSSOCIAL	Ambiente misto, cobertura de gesso, piso granilite, iluminação e ventilação natural e artificial.
ENFERMAGEM	Ambiente misto, cobertura de gesso, piso granilite, iluminação e ventilação natural e artificial.
NUCLEO DIRETORIA	Estrutura em alvenaria, forro em gesso, piso granilite, iluminação e ventilação artificial.
SEGURANÇA	Estrutura em alvenaria, forro em gesso, piso granilite, iluminação e ventilação artificial.
SEGURANÇA/ ESCOLTA	Atividades realizadas em áreas externas.

6 ATIVIDADES REALIZADAS

A Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo (Fease), instituição vinculada à Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social (Seas), elabora, coordena e executa a política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional em Rondônia. Visa à formação e qualificação profissional dos socioeducandos e, para tanto, mantém parceria com outros Órgãos da Administração Pública Estadual, iniciativa privada, Organizações Não Governamentais – ONGs nacionais e internacionais, além da execução de programas e projetos, de modo que promovam a capacitação mínima necessária à melhoria da qualidade de vida, por intermédio do trabalho.

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



7 OBJETIVOS

Este Laudo tem como objetivo, apresentar os levantamentos técnicos periciais (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/ atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador (es) arrolados no Anexo IV do Decreto 3.048/99 da Previdência Social para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão ou não à aposentadoria especial.

Este Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais, também tem como objetivo, fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP– Perfil Profissiográfico Previdenciário (§1º do artigo 58 da Lei nº 8.213/1991 e §2º e §7º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999), além de subsidiar o enquadramento das atividades laborais, no que se refere ao recolhimento das denominadas Alíquotas Suplementares do Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT) criadas pelo texto da Lei nº 9.732 de 11.12.98.

8 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A aposentadoria especial, instituída pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, tem característica preventiva e compensatória, vez que busca diminuir o tempo de trabalho do segurado que, sujeito a condições especiais, exerce ou exerceu atividades que, pela sua natureza, pode causar danos à saúde ou à integridade física. Para a concessão do benefício o segurado deverá comprovar a efetiva exposição aos agentes nocivos (físicos, químicos, biológicos ou associação de agentes), mediante formulário padrão estabelecido pelo INSS baseado nas informações contidas em LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho) expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

O Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT está previsto na legislação brasileira a partir da Medida Provisória nº 1.523 de 1996, que se transformou na Lei nº 9.528 de 1997 e modificou a Lei nº 8.213 de 1991 que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social, no seu Artigo 58, Art. 68 do Decreto nº 3.048/1999 com alterações posteriores. Fundamentação Legal: Lei nº 8.213/1991 com alterações posteriores e Decreto nº 3.048 com alterações posteriores.

Legislação complementar:

- Lei Complementar Nº 68, de 09 de dezembro de 1.992, Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências;
- Lei Complementar Nº 1.100, de 18 de outubro de 2021, que Dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia e revoga as Leis Complementares nº 228, de 10 de janeiro de 2000, nº 338, de 10 de fevereiro de 2006, nº 432, de 3 de março de 2008 e nº 524, de 28 de setembro de 2009.

9 AVALIAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS

As condições especiais que prejudicam a saúde ou integridade física conforme definido no Anexo IV do Decreto nº 3.048/1999, com exposição a agentes nocivos em concentração ou intensidade e tempo de exposição que ultrapassa os limites de tolerância ou que, dependendo do agente, torne a simples exposição em condições especial prejudicial à saúde.

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



Conforme o Art. 268 (IN 128/2022): São consideradas condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, conforme definido no Anexo IV do RPS (Decreto 3.048/1999), a exposição a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou à associação de agentes, em concentração ou intensidade e tempo de exposição que ultrapasse os limites de tolerância estabelecidos segundo critérios quantitativos, ou que, dependendo do agente, torne a simples exposição em condição especial prejudicial à saúde, segundo critérios de avaliação qualitativa.”

- **Agentes nocivos Físicos** – diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas (calor), umidade, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom. Observado o período do dispositivo legal.

- **Agentes nocivos Químicos** – Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho, absorvidos pela via respiratória, bem como aqueles que forem passíveis de absorção por meio de outras vias.

Agentes nocivos biológicos – bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e o príons.

- **Associação de agentes** - Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

O rol de agentes nocivos objetos de análise no presente laudo, são aqueles constantes dos Decretos regulamentadores da legislação previdenciária, em especial no Anexo IV do Decreto 3.048/1999 e alterações posteriores.

10 CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DA GFIP

Para classificação da ocorrência, deve ser consultada a tabela de classificação dos Agentes Nocivos (Anexo IV do regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3048/99).

GFIP	DESCRIÇÃO DA GFIP
1	Não ensejador de aposentadoria especial
2	Ensejador de aposentadoria especial – FAE15_12% (15 anos de contribuição e alíquota de 12%)
3	Ensejador de aposentadoria especial – FAE20_09% (20 anos de contribuição e alíquota de 9%)
4	Ensejador de aposentadoria especial – FAE25_06% (25 anos de contribuição e alíquota de 6%)



11 CONCLUSÃO E FORMALIZAÇÃO DO DOCUMENTO

As condições de trabalho existentes na empresa CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE JI-PARANA (CASE), De acordo com Anexo IV - Agentes nocivos, relacionados à potencialidade de causar prejuízos à saúde ou a integridade física dos trabalhadores está fundamentada no Decreto 3.048 de 06 de maio de 1999 - DOU de 7/05/1999, e na instrução normativa INSS/ PRES Nº 128, de 28 de Março de 2022 - DOU de 28/03/2022.

A caracterização dos agentes nocivos para as atividades da empresa, bem como sua conclusão do enquadramento ao benefício da aposentadoria especial está relacionada no Anexo I deste Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT.

O profissional abaixo assinado, é o responsável técnico pela elaboração deste LTCAT, cabendo à empresa a responsabilidade pelo seu cumprimento.

Ji-Paraná, RO – 16 de maio de 2023.

Assinatura do Representante da Organização
Responsável pela implementação do LTCAT

RENATO SCHMIDT NEUMANN
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA/RS n.º 126780
Responsável pela elaboração do LTCAT

Nota de Confidencialidade:

As informações contidas nesse Documento-base, dirigidas a empresa, são confidenciais e protegidas por lei. Caso esse documento seja recebido com rasuras, favor informar-nos imediatamente.

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes , 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023


Inicial

Página 10 de 35

ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes , 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 11 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
ADMINISTRATIVO	AGENTE DE SOCIOEDUCATIVO - SEGURANÇA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Feminino: 2	Masculino: 0	Total: 2

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Executar as atividades socioeducativas de acordo com o especificado pela Instituição; Auxiliar no acompanhamento e fiscalização para garantir aplicação dos preceitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente; Observar, advertir e orientar os beneficiários, tendo em vista a aplicação das regras de disciplina adotadas pela Instituição como meio para a realização da ação socioeducativa; Comunicar aos superiores informações relevantes sobre o acompanhamento dos custodiados. Atuar com base na Disciplina; Vigilância; Segurança Interna; Guarda; Custódia; Escoltas em geral; Operar sistema de Comunicação e monitoramento; Conduzir veículos; Realizar revista nos internos, nos alojamentos, nos pátios, dependências afins e nos respectivos visitantes, conforme Portaria nº 252/2018/FEASE-ASJUR; Prestar segurança aos diversos profissionais que fazem atendimentos especializados às pessoas custodiadas.

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Ambiente misto, cobertura de gesso, piso granilite, iluminação mista e ventilação artificial (central de ar).

GRUPO: BIOLÓGICO			
AGENTE NOCIVO: Microrganismos potencialmente patogênicos			eSocial: --
FONTE/CIRCUNSTÂNCIA: Procedimento rotineira de revista manual e visual em vasos sanitários, ralos sem tampa			
PROPAGAÇÃO	FREQUÊNCIA	GFIP	DESCRIÇÃO GFIP
Pelo ar/ Por contato	Permanente	--	Vide conclusão
OUTRAS INFORMAÇÕES			

Medidas de prevenção existentes:

No momento da visita não foi identificados medidas existentes.

Possíveis lesões ou agravos à saúde:

Doença Infectocontagiosa.

Fundamentação legal:

Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;
NR-09 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos, Portaria MTB n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 D.O.U. 06/07/78 Atualizada pela Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021;

NR-15 - Atividades e/ou operações insalubres;

Lei complementar 1100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia;

Lei 2165 de 28 de outubro de 2009, que dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade, de periculosidade e de atividades penosas aos servidores públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado.

Observações Complementares:

Avaliação realizada de forma qualitativa para comprovar o controle da exposição ocupacional identificado, dimensionar a exposição ocupacional do grupo de trabalhador exposto e subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.

Conclusão:

O enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência deve atender legislações específicas a seguir:

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 12 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. QUANTO AO TIPO DE EXPOSIÇÃO:

A luz da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, em seu Artº 57 temos:

"...§, 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)."

O Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, em seu Art. 64 estabelece que:

"...A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este último somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, quinze, vinte ou vinte e cinco anos, e que cumprir os seguintes requisitos: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)."

No mesmo sentido o Art. 65, do Decreto 3.048/99, estabelece que o tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

A Instrução Normativa PRES/ INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "...Art. 268. Para fins de concessão de aposentadoria especial, será exigida a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, entendendo-se como permanente o trabalho não ocasional nem intermitente, no qual a efetiva exposição do trabalhador ao agente prejudicial à saúde é indissociável da produção do bem ou da prestação de serviço, exercida em condições especiais que prejudiquem a saúde, durante o período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos."

Para os segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência, devemos observar o disposto na Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que Dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia a seguir:

"...Art. 42. Caracterizam-se como condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, para os fins desta Lei Complementar, a efetiva e permanente exposição a agentes físicos, químicos biológicos ou associação desses agentes.

§ 1º Considera-se trabalho permanente, para efeito deste artigo, aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, em que a exposição do servidor ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. "

2. QUANTO AO ENQUADRAMENTO DO(S) AGENTE(S) NOCIVOS

Para que haja enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência, deve-se haver a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, não ocasional nem intermitente a agentes nocivos estabelecidos no Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, em seu anexo IV, intitulado "Classificação dos agentes Nocivos".

A Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social em seu Artº 57 dispõe:

" ...Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. "A Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "...Art. 268. § 1º A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



ENGEMEDESSO

Engenharia de Segurança | Medicina Ocupacional



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 13 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

do RPS... A Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia estabelece que: "...Art 41. § 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, será adotada a relação de agentes nocivos existentes no âmbito do RGPS, comprovando-se a efetiva e permanente exposição aos agentes nocivos..."

3. DA METODOLOGIA E DO(S) LIMITE(S) DE TOLERÂNCIA

Para as avaliações quantitativas, a metodologia e os procedimentos de avaliação utilizados, foram os estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, e para os Limites de tolerâncias foram observados os constantes na NR 15 – Atividades e/ou Operações insalubres e seus anexos. Para agentes nocivos na qual não necessitam de medições quantitativas, a avaliação se deu de forma qualitativa mediante a inspeção realizada no local de trabalho.

4. DO PARECER CONCLUSIVO:

Considerando a análise da atividade e processo de trabalho realizada nas dependências da unidade;

Considerando os critérios que corroboram por requisitos necessários para que haja o enquadramento da Aposentadoria seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência;

Considerado que durante a vistoria, foi verificado que há realização de trabalhos realizados em "galerias, fossas e tanques de esgoto", nas atividades de revistas manual que ocorrem diariamente;


Considerado que a atividade que expõe os servidores a agentes microbiológicos é indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Portanto, **HÁ ENQUADRAMENTO** de aposentadoria por exposição a agentes **MICROBIOLÓGICOS POTENCIALMENTE PATOGENICOS** (Trabalhos realizados em galerias, fossas e tanques de esgoto), conforme preconiza o item 3.0.1 do Anexo IV do Decreto 3.048/99 do Regulamento da Previdência

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55

Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 14 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	ODONTÓLOGIA	Feminino: 1	Masculino: 0	Total: 1

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

No âmbito das Unidades Prisionais e Unidades de Internação, planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar atividades e ações de Odontologia no âmbito da assistência, pesquisa e docência, nos diferentes níveis de complexidade das ações de saúde e participar de processos educativos, de formação e de ações coletivas e de vigilância em saúde; Diagnosticar e tratar afecções da boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processo clínico ou cirúrgico, para promover e recuperar a saúde bucal em geral; Efetuar restaurações, extrações, limpeza dentária, aplicação de flúor, pulpectomia e demais procedimentos necessários ao tratamento, devolvendo ao dente sua vitalidade, função e estética; Atender pacientes de urgência odontológica, prescrevendo medicamentos de acordo com as necessidades e tipo de problema detectado; Realizar pequenas cirurgias de lesões benignas, remoção de focos, extração de dentes inclusos, semi-inclusos, suturas e hemostasias.

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Ambiente misto, cobertura de gesso, piso granilite, iluminação e ventilação natural e artificial.

GRUPO: BIOLÓGICO			
AGENTE NOCIVO: Microrganismos potencialmente patogênicos			eSocial: --
FONTE/CIRCUNSTÂNCIA: Atendimento de tratamento odontológico aos internos			
PROPAGAÇÃO	FREQUÊNCIA	GFIP	DESCRIÇÃO GFIP
Pelo ar/ Por contato	Eventual	--	Vide conclusão
OUTRAS INFORMAÇÕES			

Medidas de prevenção existentes:

Utilização de equipamentos de proteção individual - EPI (luvas e máscaras para procedimentos descartáveis)

Possíveis lesões ou agravos à saúde:

Doença Infectocontagiosa.

Fundamentação legal:

Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;
NR-09 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos, Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 D.O.U. 06/07/78 Atualizada pela Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021;

NR-15 - Atividades e/ou operações insalubres;

Lei complementar 1100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia;

Lei 2165 de 28 de outubro de 2009, que dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade, de periculosidade e de atividades penosas aos servidores públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado.

Observações Complementares:

Avaliação realizada de forma qualitativa para comprovar o controle da exposição ocupacional identificado, dimensionar a exposição ocupacional do grupo de trabalhador exposto e subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.

Conclusão:

O enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência deve atender legislações específicas a seguir:

1. QUANTO AO TIPO DE EXPOSIÇÃO:

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 15 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

A luz da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, em seu Artº 57 temos:

"...§, 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)."

O Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, em seu Art. 64 estabelece que:

"...A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este último somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, quinze, vinte ou vinte e cinco anos, e que cumprir os seguintes requisitos: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)."

No mesmo sentido o Art. 65, do Decreto 3.048/99, estabelece que o tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

A Instrução Normativa PRES/ INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "...Art. 268. Para fins de concessão de aposentadoria especial, será exigida a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, entendendo-se como permanente o trabalho não ocasional nem intermitente, no qual a efetiva exposição do trabalhador ao agente prejudicial à saúde é indissociável da produção do bem ou da prestação de serviço, exercida em condições especiais que prejudiquem a saúde, durante o período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos."

Para os segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência, devemos observar o disposto na Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que Dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia a seguir:

"...Art. 42. Caracterizam-se como condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, para os fins desta Lei Complementar, a efetiva e permanente exposição a agentes físicos, químicos biológicos ou associação desses agentes.

§ 1º Considera-se trabalho permanente, para efeito deste artigo, aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, em que a exposição do servidor ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. "

2. QUANTO AO ENQUADRAMENTO DO(S) AGENTE(S) NOCIVOS

Para que haja enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência, deve-se haver a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, não ocasional nem intermitente a agentes nocivos estabelecidos no Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, em seu anexo IV, intitulado "Classificação dos agentes Nocivos".

A Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social em seu Artº 57 dispõe:

"...Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. "A Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "...Art. 268. § 1º A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do RPS..." A Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 16 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia estabelece que: "...Art 41. § 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, será adotada a relação de agentes nocivos existentes no âmbito do RGPS, comprovando-se a efetiva e permanente exposição aos agentes nocivos..."

3. DA METODOLOGIA E DO(S) LIMITE(S) DE TOLERÂNCIA

Para as avaliações quantitativas, a metodologia e os procedimentos de avaliação utilizados, foram os estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, e para os Limites de tolerâncias foram observados os constantes na NR 15 – Atividades e/ou Operações insalubres e seus anexos. Para agentes nocivos na qual não necessitam de medições quantitativas, a avaliação se deu de forma qualitativa mediante a inspeção realizada no local de trabalho.

4. DO PARECER CONCLUSIVO:

Considerando a análise da atividade e processo de trabalho realizada nas dependências da unidade;

Considerando os critérios que corroboram por requisitos necessários para que haja o enquadramento da Aposentadoria seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência;

Considerado que durante a vistoria, foi verificado que os trabalhos não ocorrem de forma Habitual/Permanente.

Portanto, **NÃO HÁ ENQUADRAMENTO** de aposentadoria por exposição a agentes **MICROBIOLÓGICOS POTENCIALMENTE PATOGENICOS**, conforme o Decreto 3.048/99 do Regulamento da Previdência Social.


EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL APLICÁVEL A FUNÇÃO

EQUIPAMENTO:	CA:	TIPO DE USO:
Luvas para procedimentos não-cirúrgicos	35401	Obrigatório
Óculos de proteção	26126	Obrigatório

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55

Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 17 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
CONSULTÓRIO PSICOSSOCIAL	ASSISTENTE SOCIAL	Feminino: 1	Masculino: 0	Total: 1

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, integrantes da comunidade carcerária estadual, identificando analisando problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem e aplicando métodos e processos básicos do serviço social, para prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicossocial e promover a integração ou reintegração dessas pessoas à sociedade; Integrar equipes de multiprofissionais de avaliação disciplinar vinculada à execução penal, bem como auxiliar nos exames de individualização de cumprimento de pena. Assessorar tecnicamente à Direção das Unidades Socioeducativas; Elaborar e procurar garantir a execução de propostas de prestação de serviços a nível da Instituição; Elaborar laudo social e técnico; Executar, avaliar e reprogramar atividades de atendimento social; Participar da elaboração das rotinas de atendimento de serviço social; Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar.


CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Ambiente misto, cobertura de gesso, piso granilite, iluminação e ventilação natural e artificial.

09.01.001 - Ausência de agente nocivo ou de atividades previstas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes , 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 18 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
CONSULTÓRIO PSICOSSOCIAL	PSICÓLOGO	Feminino: 1	Masculino: 2	Total: 3

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Exercer atividades no campo da Psicologia Aplicada Criminal, como orientação, aconselhamento, realizando a identificação e análise de funções e tarefas típicas de ocupações, organizando e aplicando testes e provas, realizando entrevistas, sondagens de aptidões e de capacidade profissional da comunidade carcerária estadual. Integrar equipes multidisciplinares de avaliação disciplinar vinculada à execução penal, bem como auxiliar nos exames de individualização de cumprimento de pena. Atuar em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente baseando o seu trabalho nos princípios fundamentais do Código. Realizar entrevistas para devolução dos resultados ao adolescente e aos seus responsáveis, fornecendo informações concernentes ao trabalho realizado; participar de grupos ou centros de estudos, levantando temas pertinentes à atuação do Psicólogo e temas de interesse geral ao desenvolvimento das ações socioeducativas; Planejar, desenvolver, executar e avaliar projetos e pesquisas.

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Ambiente misto, cobertura de gesso, piso granilite, iluminação e ventilação natural e artificial.

09.01.001 - Ausência de agente nocivo ou de atividades previstas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 19 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
ENFERMAGEM	ENFERMEIRO	Feminino: 0	Masculino: 1	Total: 1

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Planejar, organizar, coordenar supervisionar, avaliar e executar atividades e ações de enfermagem; Participar de processos educativos, de formação e de ações coletivas e de vigilância em saúde; Participar no planejamento, execução e avaliação dos programas de prevenção de acidentes em serviço, de doenças ocupacionais e não ocupacionais, do estudo das causas de absenteísmo, de estudos epidemiológicos, de programas de imunização de interesse ocupacional e do Programa de Reabilitação. Profissional; Organizar, administrar e controlar o Setor de Enfermagem no Trabalho e de suas atividades técnicas e auxiliares; Treinar e reciclar pessoal de enfermagem do trabalho; Participar do planejamento, coordenação, execução e avaliação de campanhas de vacinação e/ou programas e atividades sanitárias de atendimento a situações de emergência e calamidade pública; Executar ações de prevenção e controle do câncer ginecológico e de planejamento familiar.

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Ambiente misto, cobertura de gesso, piso granilite, iluminação e ventilação natural e artificial.

GRUPO: BIOLÓGICO			
AGENTE NOCIVO: Microrganismos potencialmente patogênicos			eSocial: --
FONTE/CIRCUNSTÂNCIA: Atendimento aos internos que fazem tratamentos de doenças contagiosas			
PROPAGAÇÃO	FREQUÊNCIA	GFIP	DESCRIÇÃO GFIP
Pelo ar/ Por contato	Eventual	--	Vide conclusão

OUTRAS INFORMAÇÕES

Medidas de prevenção existentes:

Utilização de equipamentos de proteção individual - EPI (luvas e máscaras para procedimentos descartáveis)

Possíveis lesões ou agravos à saúde:

Doença Infectocontagiosa.

Fundamentação legal:

Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;
NR-09 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos, Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 D.O.U. 06/07/78 Atualizada pela Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021;

NR-15 - Atividades e/ou operações insalubres;

Lei complementar 1100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia;

Lei 2165 de 28 de outubro de 2009, que dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade, de periculosidade e de atividades penosas aos servidores públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado.

Observações Complementares:

Avaliação realizada de forma qualitativa para comprovar o controle da exposição ocupacional identificado, dimensionar a exposição ocupacional do grupo de trabalhador exposto e subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.

Conclusão:

O enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência deve atender legislações específicas a seguir:

1. QUANTO AO TIPO DE EXPOSIÇÃO:

A luz da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, em seu

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 20 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

Artº 57 temos:

"...§, 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)."

O Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, em seu Art. 64 estabelece que:

"...A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este último somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, quinze, vinte ou vinte e cinco anos, e que cumprir os seguintes requisitos: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)."

No mesmo sentido o Art. 65, do Decreto 3.048/99, estabelece que o tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

A Instrução Normativa PRES/ INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "....Art. 268. Para fins de concessão de aposentadoria especial, será exigida a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, entendendo-se como permanente o trabalho não ocasional nem intermitente, no qual a efetiva exposição do trabalhador ao agente prejudicial à saúde é indissociável da produção do bem ou da prestação de serviço, exercida em condições especiais que prejudiquem a saúde, durante o período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos."

Para os segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência, devemos observar o disposto na Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que Dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia a seguir:

"...Art. 42. Caracterizam-se como condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, para os fins desta Lei Complementar, a efetiva e permanente exposição a agentes físicos, químicos biológicos ou associação desses agentes.

§ 1º Considera-se trabalho permanente, para efeito deste artigo, aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, em que a exposição do servidor ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. "

2. QUANTO AO ENQUADRAMENTO DO(S) AGENTE(S) NOCIVOS


Para que haja enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência, deve-se haver a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, não ocasional nem intermitente a agentes nocivos estabelecidos no Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, em seu anexo IV, intitulado "Classificação dos agentes Nocivos".

A Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social em seu Artº 57 dispõe:

" ...Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. "A Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "....Art. 268. § 1º A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do RPS..."A Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia estabelece

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 21 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

que: "...Art 41. § 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, será adotada a relação de agentes nocivos existentes no âmbito do RGPS, comprovando-se a efetiva e permanente exposição aos agentes nocivos..."

3. DA METODOLOGIA E DO(S) LIMITE(S) DE TOLERÂNCIA

Para as avaliações quantitativas, a metodologia e os procedimentos de avaliação utilizados, foram os estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, e para os Limites de tolerâncias foram observados os constantes na NR 15 – Atividades e/ou Operações insalubres e seus anexos. Para agentes nocivos na qual não necessitam de medições quantitativas, a avaliação se deu de forma qualitativa mediante a inspeção realizada no local de trabalho.


4. DO PARECER CONCLUSIVO:

Considerando a análise da atividade e processo de trabalho realizada nas dependências da unidade;
Considerando os critérios que corroboram por requisitos necessários para que haja o enquadramento da Aposentadoria seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência;
Considerado que durante a vistoria, foi verificado que os trabalhos não ocorrem de forma Habitual/Permanente.
Portanto, **NÃO HÁ ENQUADRAMENTO** de aposentadoria por exposição a agentes **MICROBIOLÓGICOS POTENCIALMENTE PATOGENICOS**, conforme o Decreto 3.048/99 do Regulamento da Previdência Social.

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL APLICÁVEL A FUNÇÃO		
EQUIPAMENTO:	CA:	TIPO DE USO:
Luvas para procedimentos não-cirúrgicos	35401	Obrigatório
Óculos de proteção	26126	Obrigatório

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 22 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
ENFERMAGEM	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Feminino: 3	Masculino: 0	Total: 3

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Atividades de média e de relativa complexidade, envolvendo a assistência complementar a presos e menores internos e o desenvolvimento de ações de enfermagem sob supervisão e orientação da Chefia Imediata; Participar da equipe de enfermagem; Auxiliar no atendimento a pacientes nas Unidades Prisionais e Unidades de Internação; Orientar e revisar o autocuidado com o paciente, em relação à alimentação e higiene pessoal; Cumprir as prescrições relativas aos pacientes; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Observar e registrar sinais e sintomas e informar a Chefia Imediata; Manter atualizado o Prontuário dos pacientes; Verificar temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados no Prontuário; Ministrando medicamentos, aplicar injeções e/ou imunizantes e fazer curativos; Executar outras tarefas correlatas.

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Ambiente misto, cobertura de gesso, piso granilite, iluminação e ventilação natural e artificial.

GRUPO: BIOLÓGICO			
AGENTE NOCIVO: Microrganismos potencialmente patogênicos			eSocial: --
FONTE/CIRCUNSTÂNCIA: Atendimento aos internos que fazem tratamentos de doenças contagiosas			
PROPAGAÇÃO	FREQUÊNCIA	GFIP	DESCRIÇÃO GFIP
Pelo ar/ Por contato	Eventual	--	Vide conclusão
OUTRAS INFORMAÇÕES			

Medidas de prevenção existentes:

Utilização de equipamentos de proteção individual - EPI (luvas e máscaras para procedimentos descartáveis)

Possíveis lesões ou agravos à saúde:

Doença Infectocontagiosa.

Fundamentação legal:

Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;
NR-09 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos, Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 D.O.U. 06/07/78 Atualizada pela Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021;

NR-15 - Atividades e/ou operações insalubres;

Lei complementar 1100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia;

Lei 2165 de 28 de outubro de 2009, que dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade, de periculosidade e de atividades penosas aos servidores públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado.

Observações Complementares:

Avaliação realizada de forma qualitativa para comprovar o controle da exposição ocupacional identificado, dimensionar a exposição ocupacional do grupo de trabalhador exposto e subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.

Conclusão:

O enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência deve atender legislações específicas a seguir:

1. QUANTO AO TIPO DE EXPOSIÇÃO:

A luz da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, em seu Artº 57 temos:

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 23 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

"...§, 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)."

O Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, em seu Art. 64 estabelece que:

"...A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este último somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, quinze, vinte ou vinte e cinco anos, e que cumprir os seguintes requisitos: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)."

No mesmo sentido o Art. 65, do Decreto 3.048/99, estabelece que o tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

A Instrução Normativa PRES/ INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "...Art. 268. Para fins de concessão de aposentadoria especial, será exigida a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, entendendo-se como permanente o trabalho não ocasional nem intermitente, no qual a efetiva exposição do trabalhador ao agente prejudicial à saúde é indissociável da produção do bem ou da prestação de serviço, exercida em condições especiais que prejudiquem a saúde, durante o período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos."

Para os segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência, devemos observar o disposto na Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que Dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia a seguir:

"...Art. 42. Caracterizam-se como condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, para os fins desta Lei Complementar, a efetiva e permanente exposição a agentes físicos, químicos biológicos ou associação desses agentes.

§ 1º Considera-se trabalho permanente, para efeito deste artigo, aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, em que a exposição do servidor ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. "

2. QUANTO AO ENQUADRAMENTO DO(S) AGENTE(S) NOCIVOS


Para que haja enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência, deve-se haver a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, não ocasional nem intermitente a agentes nocivos estabelecidos no Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, em seu anexo IV, intitulado "Classificação dos agentes Nocivos".

A Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social em seu Artº 57 dispõe:

" ...Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. "A Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "...Art. 268. § 1º A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do RPS..."A Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia estabelece que: "...Art 41. § 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, será adotada a relação de agentes nocivos

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 24 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

existentes no âmbito do RGPS, comprovando-se a efetiva e permanente exposição aos agentes nocivos...”

3. DA METODOLOGIA E DO(S) LIMITE(S) DE TOLERÂNCIA

Para as avaliações quantitativas, a metodologia e os procedimentos de avaliação utilizados, foram os estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, e para os Limites de tolerâncias foram observados os constantes na NR 15 – Atividades e/ou Operações insalubres e seus anexos. Para agentes nocivos na qual não necessitam de medições quantitativas, a avaliação se deu de forma qualitativa mediante a inspeção realizada no local de trabalho.

4. DO PARECER CONCLUSIVO:


Considerando a análise da atividade e processo de trabalho realizada nas dependências da unidade;
Considerando os critérios que corroboram por requisitos necessários para que haja o enquadramento da Aposentadoria seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência;

Considerado que durante a vistoria, foi verificado que os trabalhos não ocorrem de forma Habitual/Permanente. Portanto, **NÃO HÁ ENQUADRAMENTO** de aposentadoria por exposição a agentes **MICROBIOLÓGICOS POTENCIALMENTE PATOGENICOS**, conforme o Decreto 3.048/99 do Regulamento da Previdência Social.

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL APLICÁVEL A FUNÇÃO		
EQUIPAMENTO:	CA:	TIPO DE USO:
Luvas para procedimentos não-cirúrgicos	35401	Obrigatório
Óculos de proteção	26126	Obrigatório

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 25 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
NUCLEO DIRETORIA	AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO - DIRETOR DE SEGURANÇA	Feminino: 0	Masculino: 1	Total: 1

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Visa garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal, social e a adolescentes em conflito com a lei. Procurar assegurar seus direitos, abordando- as, sensibilizando- as e identificando suas necessidades e demandas. Indicar internados para desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, escolares, laborativas, recreativas e ressocializadoras.

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Estrutura em alvenaria, forro em gesso, piso granilite, iluminação e ventilação artificial.

09.01.001 - Ausência de agente nocivo ou de atividades previstas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes , 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 26 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
NUCLEO DIRETORIA	AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO - DIRETOR GERAL	Feminino: 0	Masculino: 1	Total: 1

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Visa garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal, social e a adolescentes em conflito com a lei. Procurar assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as e identificando suas necessidades e demandas. Indicar internados para desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, escolares, laborativas, recreativas e ressocializadoras.

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Estrutura em alvenaria, forro em gesso, piso granilite, iluminação e ventilação artificial.

09.01.001 - Ausência de agente nocivo ou de atividades previstas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 27 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
NUCLEO DIRETORIA	AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO - DIRETOR TÉCNICO	Feminino: 0	Masculino: 1	Total: 1

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Visa garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal, social e a adolescentes em conflito com a lei. Procurar assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as e identificando suas necessidades e demandas. Indicar internados para desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, escolares, laborativas, recreativas e ressocializadoras.


CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Estrutura em alvenaria, forro em gesso, piso granilite, iluminação e ventilação artificial.

09.01.001 - Ausência de agente nocivo ou de atividades previstas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 28 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
SEGURANÇA	AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO	Feminino: 12	Masculino: 42	Total: 54

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Executar as atividades socioeducativas de acordo com o especificado pela Instituição; Auxiliar no acompanhamento e fiscalização para garantir aplicação dos preceitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente; Observar, advertir e orientar os beneficiários, tendo em vista a aplicação das regras de disciplina adotadas pela Instituição como meio para a realização da ação socioeducativa; Comunicar aos superiores informações relevantes sobre o acompanhamento dos custodiados. Atuar com base na Disciplina; Vigilância; Segurança Interna; Guarda; Custódia; Escoltas em geral; Operar sistema de Comunicação e monitoramento; Conduzir veículos; Realizar revista nos internos, nos alojamentos, nos pátios, dependências afins e nos respectivos visitantes, conforme Portaria nº 252/2018/FEASE-ASJUR; Prestar segurança aos diversos profissionais que fazem atendimentos especializados às pessoas custodiadas.

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Estrutura em alvenaria, forro em gesso, piso granilite, iluminação e ventilação artificial.

GRUPO: BIOLÓGICO			
AGENTE NOCIVO: Microrganismos potencialmente patogênicos			eSocial: --
FONTE/CIRCUNSTÂNCIA: Procedimento rotineira de revista manual e visual em vasos sanitários, ralos sem tampa			
PROPAGAÇÃO	FREQUÊNCIA	GFIP	DESCRIÇÃO GFIP
Pelo ar/ Por contato	Permanente	--	Vide conclusão
OUTRAS INFORMAÇÕES			

Medidas de prevenção existentes:

No momento da visita não foi identificados medidas existentes.

Possíveis lesões ou agravos à saúde:

Doença Infectocontagiosa.

Fundamentação legal:

Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;

NR-09 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos, Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 D.O.U. 06/07/78 Atualizada pela Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021;

NR-15 - Atividades e/ou operações insalubres;

Lei complementar 1100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia;

Lei 2165 de 28 de outubro de 2009, que dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade, de periculosidade e de atividades penosas aos servidores públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado.

Observações Complementares:

Avaliação realizada de forma qualitativa para comprovar o controle da exposição ocupacional identificado, dimensionar a exposição ocupacional do grupo de trabalhador exposto e subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.

Conclusão:

O enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência deve atender legislações específicas a seguir:

1. QUANTO AO TIPO DE EXPOSIÇÃO:

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 29 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

A luz da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, em seu Artº 57 temos:

"...§, 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)."

O Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, em seu Art. 64 estabelece que:

"...A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este último somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, quinze, vinte ou vinte e cinco anos, e que cumprir os seguintes requisitos: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)."

No mesmo sentido o Art. 65, do Decreto 3.048/99, estabelece que o tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

A Instrução Normativa PRES/ INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "....Art. 268. Para fins de concessão de aposentadoria especial, será exigida a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, entendendo-se como permanente o trabalho não ocasional nem intermitente, no qual a efetiva exposição do trabalhador ao agente prejudicial à saúde é indissociável da produção do bem ou da prestação de serviço, exercida em condições especiais que prejudiquem a saúde, durante o período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos."

Para os segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência, devemos observar o disposto na Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que Dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia a seguir:

"...Art. 42. Caracterizam-se como condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, para os fins desta Lei Complementar, a efetiva e permanente exposição a agentes físicos, químicos biológicos ou associação desses agentes.

§ 1º Considera-se trabalho permanente, para efeito deste artigo, aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, em que a exposição do servidor ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. "

2. QUANTO AO ENQUADRAMENTO DO(S) AGENTE(S) NOCIVOS


Para que haja enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência, deve-se haver a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, não ocasional nem intermitente a agentes nocivos estabelecidos no Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, em seu anexo IV, intitulado "Classificação dos agentes Nocivos".

A Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social em seu Artº 57 dispõe:

" ...Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. "A Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "....Art. 268. § 1º A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 30 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

do RPS... A Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia estabelece que: "...Art 41. § 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, será adotada a relação de agentes nocivos existentes no âmbito do RGPS, comprovando-se a efetiva e permanente exposição aos agentes nocivos..."

3. DA METODOLOGIA E DO(S) LIMITE(S) DE TOLERÂNCIA


Para as avaliações quantitativas, a metodologia e os procedimentos de avaliação utilizados, foram os estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, e para os Limites de tolerâncias foram observados os constantes na NR 15 – Atividades e/ou Operações insalubres e seus anexos. Para agentes nocivos na qual não necessitam de medições quantitativas, a avaliação se deu de forma qualitativa mediante a inspeção realizada no local de trabalho.

4. DO PARECER CONCLUSIVO:

Considerando a análise da atividade e processo de trabalho realizada nas dependências da unidade;
Considerando os critérios que corroboram por requisitos necessários para que haja o enquadramento da Aposentadoria seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência;
Considerado que durante a vistoria, foi verificado que há realização de trabalhos realizados em "galerias, fossas e tanques de esgoto", nas atividades de revistas manual que ocorrem diariamente;
Considerado que a atividade que expõe os servidores a agentes microbiológicos é indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.
Portanto, **HÁ ENQUADRAMENTO** de aposentadoria por exposição a agentes **MICROBIOLÓGICOS POTENCIALMENTE PATOGENICOS** (Trabalhos realizados em galerias, fossas e tanques de esgoto), conforme preconiza o item 3.0.1 do Anexo IV do Decreto 3.048/99 do Regulamento da Previdência

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 31 de 35

SETOR	FUNÇÃO	GRUPO DE TRABALHADORES		
SEGURANÇA/ ESCOLTA	AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO - MOTORISTA	Feminino: 0	Masculino: 1	Total: 1

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Executar as atividades socioeducativas de acordo com o especificado pela Instituição; Auxiliar no acompanhamento e fiscalização para garantir aplicação dos preceitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente; Observar, advertir e orientar os beneficiários, tendo em vista a aplicação das regras de disciplina adotadas pela Instituição como meio para a realização da ação socioeducativa; Comunicar aos superiores informações relevantes sobre o acompanhamento dos custodiados. Atuar com base na Disciplina; Vigilância; Segurança Interna; Guarda; Custódia; Escoltas em geral; Operar sistema de Comunicação e monitoramento; Conduzir veículos; Realizar revista nos internos, nos alojamentos, nos pátios, dependências afins e nos respectivos visitantes, conforme Portaria nº 252/2018/FEASE-ASJUR; Prestar segurança aos diversos profissionais que fazem atendimentos especializados às pessoas custodiadas.

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE:

Atividades realizadas em áreas externas.

GRUPO: BIOLÓGICO			
AGENTE NOCIVO: Microrganismos potencialmente patogênicos			eSocial: --
FONTE/CIRCUNSTÂNCIA: Procedimento rotineira de revista manual e visual em vasos sanitários, ralos sem tampa			
PROPAGAÇÃO	FREQUÊNCIA	GFIP	DESCRIÇÃO GFIP
Pelo ar/ Por contato	Permanente	--	Vide conclusão
OUTRAS INFORMAÇÕES			

Medidas de prevenção existentes:

No momento da visita não foi identificados medidas existentes.

Possíveis lesões ou agravos à saúde:

Doença Infectocontagiosa.

Fundamentação legal:

Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;
NR-09 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos, Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 D.O.U. 06/07/78 Atualizada pela Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021;

NR-15 - Atividades e/ou operações insalubres;

Lei complementar 1100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia;

Lei 2165 de 28 de outubro de 2009, que dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade, de periculosidade e de atividades penosas aos servidores públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado.

Observações Complementares:

Avaliação realizada de forma qualitativa para comprovar o controle da exposição ocupacional identificado, dimensionar a exposição ocupacional do grupo de trabalhador exposto e subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.

Conclusão:

O enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência deve atender legislações específicas a seguir:

1. QUANTO AO TIPO DE EXPOSIÇÃO:

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 32 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

A luz da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, em seu Artº 57 temos:

"...§, 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)."

O Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, em seu Art. 64 estabelece que:

"...A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este último somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, quinze, vinte ou vinte e cinco anos, e que cumprir os seguintes requisitos: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)."

No mesmo sentido o Art. 65, do Decreto 3.048/99, estabelece que o tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

A Instrução Normativa PRES/ INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "....Art. 268. Para fins de concessão de aposentadoria especial, será exigida a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, entendendo-se como permanente o trabalho não ocasional nem intermitente, no qual a efetiva exposição do trabalhador ao agente prejudicial à saúde é indissociável da produção do bem ou da prestação de serviço, exercida em condições especiais que prejudiquem a saúde, durante o período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos."

Para os segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência, devemos observar o disposto na Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que Dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia a seguir:

"...Art. 42. Caracterizam-se como condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, para os fins desta Lei Complementar, a efetiva e permanente exposição a agentes físicos, químicos biológicos ou associação desses agentes.

§ 1º Considera-se trabalho permanente, para efeito deste artigo, aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, em que a exposição do servidor ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. "

2. QUANTO AO ENQUADRAMENTO DO(S) AGENTE(S) NOCIVOS


Para que haja enquadramento da Aposentadoria, seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência, deve-se haver a comprovação do exercício da atividade de forma permanente, não ocasional nem intermitente a agentes nocivos estabelecidos no Decreto 3048/99 de 06 de maio de 1999, em seu anexo IV, intitulado "Classificação dos agentes Nocivos".

A Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social em seu Artº 57 dispõe:

" ...Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. "A Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, estabelece que: "....Art. 268. § 1º A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO	LTCAT 2023
		Inicial
		Página 33 de 35

OUTRAS INFORMAÇÕES

do RPS... A Lei 1.100 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Previdenciária referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia estabelece que: "...Art 41. § 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, será adotada a relação de agentes nocivos existentes no âmbito do RGPS, comprovando-se a efetiva e permanente exposição aos agentes nocivos..."

3. DA METODOLOGIA E DO(S) LIMITE(S) DE TOLERÂNCIA

Para as avaliações quantitativas, a metodologia e os procedimentos de avaliação utilizados, foram os estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, e para os Limites de tolerâncias foram observados os constantes na NR 15 – Atividades e/ou Operações insalubres e seus anexos. Para agentes nocivos na qual não necessitam de medições quantitativas, a avaliação se deu de forma qualitativa mediante a inspeção realizada no local de trabalho.

4. DO PARECER CONCLUSIVO:

Considerando a análise da atividade e processo de trabalho realizada nas dependências da unidade;
Considerando os critérios que corroboram por requisitos necessários para que haja o enquadramento da Aposentadoria seja ela Especial para os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, ou a Aposentadoria Voluntária de Servidor Exposto a Agentes Nocivos para os segurados ao Regime Próprio de Previdência;
Considerado que durante a vistoria, foi verificado que há realização de trabalhos realizados em "galerias, fossas e tanques de esgoto", nas atividades de revistas manual que ocorrem diariamente;
Considerado que a atividade que expõe os servidores a agentes microbiológicos é indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.
Portanto, **HÁ ENQUADRAMENTO** de aposentadoria por exposição a agentes **MICROBIOLÓGICOS POTENCIALMENTE PATOGENICOS** (Trabalhos realizados em galerias, fossas e tanques de esgoto), conforme preconiza o item 3.0.1 do Anexo IV do Decreto 3.048/99 do Regulamento da Previdência

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 34 de 35

ANEXO II - ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55
Endereço: Avenida Carlos Gomes , 1056, Centro – Porto Velho/RO



LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

LTCAT 2023

Inicial

Página 35 de 35



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RO**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de RO**

Página: 1/1

ART de Obra ou Serviço
2320238500191096**1. Responsável Técnico****RENATO SCHMIDT NEUMANN**Título do Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL / ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO /**Empresas.: **NEUMANN & GONCALVES MEDICINA E SEG. OCUPACIONAL LTDA - M**RNP: **2200648260**Registro: **126780D RS**Registro: **4461EMRO****2. Dados do Contrato****Contratante: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOED**RUA: **Avenida Farquar**Nº.: **2986**

Contrato:

Valor:

1.000,00Honorário: **0,00**Ação Institucional: **Não informado**Forma de Registro: **Inicial**Bairro.: **Pedrinhas**Cidade.: **PORTO VELHO**

Celebrado:

Tipo Contratante: **PJ Direito Público**Motivo: **Novo Contrato**UF: **RO**CPF/CNPJ: **29512110000114**Telefone.: **6932165158**País: **BRA** CEP.: **76801470**

Vinculado à ART:

Substituição:

Participação Téc.: **Individual****3. Dados da Obra/Serviço****Rua:** **Avenida Farquar**Nº.: **2986**Data de Início: **31/03/2023**Finalidade: **Outro**Proprietário: **FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOED**Bairro.: **Pedrinhas**Cidade: **PORTO VELHO**Previsão de término: **31/03/2025**

Coordenadas Geográficas: ,

Telefone.: **6932165158**UF: **RO** CEP.: **76801470**CPF/CNPJ: **29512110000114****4. Atividade Técnica**Nível de atuação
ELABORAÇÃO

Atividade técnica

DIREÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)

DIREÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE LAUDO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO - LTCAT

DIREÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES (NR15)

DIREÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (NR16)

QTD

Unidade

1,00 un

1,00 un

1,00 un

1,00 un

O registro da A.R.T. não obriga o CREA-RO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividades declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta A.R.T. são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-RO.

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta A.R.T.

5. Declarações**Acessibilidade:**

Profissional

Contratante

Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

Data

RENATO SCHMIDT NEUMANN - 904.353.540-00

Nome do profissional - CPF:

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOED - 29.512.110/0001-14

Nome do contratante - CPF/CNPJ:

Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

* A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-ro.org.br ou www.confex.org.br

* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

CHAVE:

745D9-A7592-B54A3-7FC72-9281Ewww.crea-ro.org.br atendimento@crea-ro.org.br

tel: (69) 2181-1072

**CREA-RO**
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Rondônia**Observações (Resumo do Contrato)**

EXECUÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - PGR, LTCAT, LIP REFERENTE ATIVIDADES DO ÓRGÃO

Valor ART R\$ 96,62

Registrada em: 31/03/2023

Código:

Valor Pago: 96,62

Nosso Número: 1400008500191096 Versão do Sistema

Elaborado por:

Neumann & Gonçalves Medicina e Segurança Ocupacional Ltda - CNPJ: 11.010.043/0002-55

Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1056, Centro – Porto Velho/RO

**ENGEMEDES**
Engenharia de Segurança / Medicina Ocupacional